

**XXVI Concurso - Prova Específica**

MINISTÉRIO PÚBLICO DO ESTADO DO RIO DE JANEIRO

PROCURADORIA-GERAL DE JUSTIÇA

XXVI CONCURSO PARA INGRESSO NA CLASSE INICIAL DA CARREIRA DO MINISTÉRIO PÚBLICO

PROVA ESCRITA ESPECIALIZADA - BANCA DE DIREITO CIVIL

(Direito Civil, Direito Processual Civil e Direito Comercial)

Data: 06.07.2003

Ponto sorteado: n° 09

1ª Questão: Direito Civil - Valor: 50 pontos

OTELO e JULIETA separaram-se consensualmente em 1991, estipulando no acordo que o cônjuge-varão pagaria pensão alimentícia para os dois filhos do casal, então com 7 e 8 anos de idade, respectivamente. Em fevereiro de 2003, OTELO ajuíza pedido de exoneração do encargo alimentício, alegando extinção do poder familiar.

Opine, sobre a pretensão de OTELO.

RESPOSTA INTEGRALMENTE FUNDAMENTADA

2ª Questão: Direito Civil - Valor: 50 pontos

Quais as diferenças entre mandato, comissão, corretagem e gestão de negócios?

RESPOSTA INTEGRALMENTE FUNDAMENTADA

3ª Questão: Direito Processual Civil - Valor: 50 pontos

É cabível controle incidental de inconstitucionalidade em ação civil pública ajuizada para a tutela de direito difuso?

RESPOSTA INTEGRALMENTE FUNDAMENTADA

4ª Questão: Direito Processual Civil - Valor: 50 pontos

Pode o Ministério Público promover ação civil pública em face do mesmo órgão público, com os mesmos fundamentos e pedidos de anterior ação popular, já encerrada e com sentença de mérito de improcedência transitada em julgado?

RESPOSTA INTEGRALMENTE FUNDAMENTADA

5ª Questão: Direito Comercial - Valor: 50 pontos

Decretada a falência de determinada sociedade limitada, requer o INSS (Instituto Nacional de Seguridade Social), no prazo legal, a habilitação de crédito comprovadamente descontado dos empregados e não recolhido à Previdência Social. Para tanto, junta cópia autenticada das certidões de inscrição de débito na dívida ativa.

Concomitantemente, fazendo uso das certidões originais, promove o INSS execução contra o sócio-gerente e os demais sócios da falida, pelo fato de não possuir estes valores ou bens suficientes para o pagamento do débito previdenciário.

Defendem-se todos os sócios alegando tratar-se de débito da falida, e não seus, conforme se constata pelas certidões de dívida ativa.

Opine o candidato quanto às providências adotadas pelo INSS, independentemente de intervenção, ou não, do Ministério Público, dispensada a forma de parecer.

RESPOSTA INTEGRALMENTE FUNDAMENTADA

6ª Questão: Direito Comercial - Valor: 50 pontos

Proposta pelo Ministério Público ação cautelar de arresto dos bens particulares de ex-administradores de instituição financeira em regime de liquidação extrajudicial, por atos irregulares de gestão, apurados em inquérito pelo Banco Central do Brasil, um dos réus alega, em contestação, a falta de interesse processual do parquet, vez que incidentes os efeitos da indisponibilidade de bens prevista no art. 36 da Lei 6.024/74.

Recebendo os autos com vista, como se posicionaria o órgão do Ministério Público?

RESPOSTA INTEGRALMENTE FUNDAMENTADA

Boa Sorte!

MINISTÉRIO PÚBLICO DO ESTADO DO RIO DE JANEIRO

PROCURADORIA-GERAL DE JUSTIÇA

XXVI CONCURSO PARA INGRESSO NA CLASSE INICIAL

DA CARREIRA DO MINISTÉRIO PÚBLICO

## PROVA ESCRITA ESPECIALIZADA - BANCA DE DIREITO PENAL

(Direito Penal e Direito Processual Penal)

Data: 29/06/2003

Ponto sorteado: nº 08

### DIREITO PENAL

1ª Questão: Direito Penal - Valor: 30 pontos

Em que consiste o crime omissivo por comissão? Exemplifique, aduzindo quanto à possibilidade ou não de tentativa.

### RESPOSTA OBJETIVAMENTE JUSTIFICADA

2ª Questão: Direito Penal - Valor: 30 pontos

ANTONIO, médico, querendo dar fim a seu casamento para viver com a amante, decide matar JOANA, sua esposa, que está grávida. Sabedor de que JOANA é portadora de grave problema de saúde e se encontra em estado de depressão, convence-a à prática do aborto, que sabe ser fatal. Pede então a um amigo de profissão, JONAS, que realize a intervenção médica de interrupção da gravidez, da qual resulta a morte da gestante.

Analise penalmente as condutas de ANTONIO e JONAS.

RESPOSTA OBJETIVAMENTE JUSTIFICADA

3ª Questão: Direito Penal - Valor: 40 pontos

MEDUSA, madrasta da criança CLARA, de 03 anos, sem qualquer critério, contrata a babá MARIA para cuidar da enteada. Todas as vezes em que CLARA chorava, a babá, com a intenção de castigá-la, sacudia-a violentamente e desferia tapas em sua cabeça, atirando-a ao chão. O fato ocorria com muita frequência e era do conhecimento de MEDUSA e do porteiro SEVERINO, que nada faziam para impedi-lo.

Analise penalmente as condutas de MARIA, MEDUSA e SEVERINO.

RESPOSTA OBJETIVAMENTE JUSTIFICADA

Boa Sorte!

MINISTÉRIO PÚBLICO DO ESTADO DO RIO DE JANEIRO

PROCURADORIA-GERAL DE JUSTIÇA

XXVI CONCURSO PARA INGRESSO NA CLASSE INICIAL

DA CARREIRA DO MINISTÉRIO PÚBLICO

PROVA ESCRITA ESPECIALIZADA - BANCA DE DIREITO PENAL

(Direito Penal e Direito Processual Penal)

Data: 29/06/2003

Ponto sorteado: nº 08

## DIREITO PROCESSUAL PENAL

1ª Questão: Direito Processual Penal - Valor: 50 pontos

O Promotor da Comarca de Miracema, em inquérito instaurado em Miracema, ofereceu denúncia perante o Juízo de Laje de Muriaé, após verificar que o inquérito apurava fato ali ocorrido. Qual a medida a ser tomada pelo juiz de Laje de Muriaé, se declarar incompetente, rejeitar ou deixar de receber a denúncia? Por quê? Qual o recurso cabível na hipótese?

### RESPOSTA OBJETIVAMENTE JUSTIFICADA

2ª Questão: Direito Processual Penal - Valor: 50 pontos

Certo Delegado de Polícia, fora do expediente forense, cerca das 19 horas, procurou o Juiz da 25ª Vara Criminal, que ainda se encontrava no foro, e logrou que este decretasse a prisão temporária de um indiciado em inquérito que versava sobre extorsão mediante seqüestro. Terminado o inquérito, o feito foi enviado à Justiça, sendo distribuído para o Promotor da 3ª Vara Criminal que, com fulcro no art. 83 do CPP, entendeu que o juízo que decretou a prisão estaria preventivo. Como deve agir o Promotor da 25ª Vara Criminal?

### RESPOSTA OBJETIVAMENTE JUSTIFICADA

Boa Sorte!

MINISTÉRIO PÚBLICO DO ESTADO DO RIO DE JANEIRO

PROCURADORIA-GERAL DE JUSTIÇA

XXVI CONCURSO PARA INGRESSO NA CLASSE INICIAL

DA CARREIRA DO MINISTÉRIO PÚBLICO

PROVA ESCRITA ESPECIALIZADA - BANCA DE DIREITO PÚBLICO

(Direito Constitucional, Direito Administrativo e Princípios Institucionais do Ministério Público)

Data: 13/07/2003

Ponto sorteado: nº 03

DIREITO CONSTITUCIONAL

1ª Questão: Direito Constitucional - Valor: 50 pontos

Determinado Deputado Estadual, buscando atender aos anseios de considerável parcela dos servidores públicos, apresenta projeto de lei com o fim de duplicar os vencimentos da categoria. Após regular tramitação, o projeto é aprovado na Assembléia Legislativa e sancionado pelo Governador do Estado.

Publicada a lei, o Procurador-Geral de Justiça ajuíza uma ação direta de inconstitucionalidade, com pedido de liminar, perante o Tribunal de Justiça. Colhidas as informações necessárias, o órgão competente do Tribunal, sob o argumento de não visualizar a presença dos pressupostos específicos, nega a liminar pleiteada.

No entanto, dias antes do pagamento dos servidores, um diligente cidadão procura o Promotor de Justiça com atribuição e solicita o ajuizamento de uma ação civil pública para obstar o pagamento que entendia indevido. O membro do Ministério Público, por sua vez, ante a decisão do Tribunal e por não visualizar qualquer irregularidade na lei, afirmou que nada poderia fazer.

À luz do texto constitucional, questiona-se: está correta a posição do Promotor de Justiça?

RESPOSTA INTEGRALMENTE FUNDAMENTADA

2ª Questão: Direito Constitucional - Valor: 50 pontos

O controle concentrado de constitucionalidade de lei ou de ato normativo federal ou estadual, frente à Constituição Federal, é exercido somente pelo Poder Judiciário? Se correta a afirmação, essa competência seria privativa de determinado Tribunal ou outros Tribunais a teriam concorrentemente com aquele ou, ainda, somente órgão monocrático do Poder Judiciário deteria tal competência? Se outro Poder detiver competência concorrente com o Judiciário para o exercício do controle concentrado acima enunciado, qual seria esse Poder no Estado Federal ou nos Estados membros, se também estadual tal competência? A ação direta de inconstitucionalidade e a ação declaratória de constitucionalidade têm igual natureza jurídica e idêntica abrangência constitucional? A legitimação, para a propositura de ação, em qualquer dos casos, teria sede constitucional ou caberia à lei tal disciplina?

RESPOSTA INTEGRALMENTE FUNDAMENTADA

Boa Sorte!

MINISTÉRIO PÚBLICO DO ESTADO DO RIO DE JANEIRO

PROCURADORIA-GERAL DE JUSTIÇA

XXVI CONCURSO PARA INGRESSO NA CLASSE INICIAL

## DA CARREIRA DO MINISTÉRIO PÚBLICO

### PROVA ESCRITA ESPECIALIZADA - BANCA DE DIREITO PÚBLICO

(Direito Constitucional, Direito Administrativo e Princípios Institucionais do Ministério Público)

Data: 13/07/2003

Ponto sorteado: nº 03

#### DIREITO ADMINISTRATIVO

1ª Questão: Direito Administrativo - Valor: 60 pontos

Evidencie as diferenças, no Direito Administrativo, entre competência outorgada e competência delegada, discorrendo sobre a possibilidade de Estados e Municípios se utilizarem da autorização como forma de delegação dos respectivos serviços públicos.

#### RESPOSTA INTEGRALMENTE FUNDAMENTADA

2ª Questão: Direito Administrativo - Valor: 40 pontos

É possível a criação de fundação autárquica para exercer as funções previstas no artigo 144, § 8º, da Constituição da República?

#### RESPOSTA INTEGRALMENTE FUNDAMENTADA

Boa Sorte!

MINISTÉRIO PÚBLICO DO ESTADO DO RIO DE JANEIRO

PROCURADORIA-GERAL DE JUSTIÇA

XXVI CONCURSO PARA INGRESSO NA CLASSE INICIAL

DA CARREIRA DO MINISTÉRIO PÚBLICO

PROVA ESCRITA ESPECIALIZADA - BANCA DE DIREITO PÚBLICO

(Direito Constitucional, Direito Administrativo e Princípios Institucionais do Ministério Público)

Data: 13/07/2003

Ponto sorteado: nº 03

PRINCÍPIOS INSTITUCIONAIS DO MINISTÉRIO PÚBLICO

1ª Questão: Princípios Institucionais do Ministério Público - Valor: 50 pontos

O Estado responde civilmente por ato opinativo do Ministério Público em procedimento judicial em que o órgão do parquet funcione como custos legis? Por que?

RESPOSTA INTEGRALMENTE FUNDAMENTADA

2ª Questão: Princípios Institucionais do Ministério Público - Valor: 50 pontos

TÍCIO, Promotor de Justiça, foi condenado pela prática do crime de homicídio doloso duplamente qualificado, tendo sido motivadamente declarada a perda do cargo na sentença criminal transitada em julgado. Faz-se mister, nessa hipótese, a propositura da ação civil para a mesma finalidade?

RESPOSTA INTEGRALMENTE FUNDAMENTADA

Boa Sorte!